

## ISAIAH BERLIN LEITOR DA DISTOPIA “1984” DE GEORGE ORWELL

ISAIAH BERLIN READER OF “1984” DYSTOPIA OF GEORGE ORWELL

*Tiago Brene Oliveira\**

**Resumo:** Trata sobre a formação e justificação de regimes totalitários. Para tanto utiliza o pensador Isaiah Berlin como leitor fictício e *ad hoc* da distopia *1984* de George Orwell. Dessa forma, diversas passagens de *1984* vão sendo intercaladas e analisadas à luz do pensamento de Isaiah Berlin. A hipótese virtual criada para artigo sustenta que a riqueza da obra de George Orwell fornece elementos suficientes para que Isaiah Berlin possa desenvolver sua teoria política, em especial seu famoso conceito de liberdade negativa e positiva. A hipótese teórica sustenta que o positivismo jurídico, por si só, não é a causa ou não pode justificar regimes totalitários, mas sim, que seu uso como meio de justificação perfaz um sintoma. Para regimes totalitários o *Poder* basta-se por si só, e corresponde ao fim a ser alcançado. Este aspecto teleológico do totalitarismo advém antes da subversão de um sistema jurídico, ou mesmo antes de se constituir um ordenamento que lhe justifique normativamente. Com isso, o presente artigo pretende dar nova abordagem ao tema e a obra de George Orwell, focando sobre o quanto o expurgo da liberdade individual de um sujeito – *a partir da leitura de Berlin* - pode desencadear um verdadeiro processo de desumanização – *a partir da narrativa de Orwell*.

**Palavras-Chave:** George Orwell; Isaiah Berlin; Liberdade; distopia; desumanização.

**Abstract:** Deals with the formation and justification of totalitarian regimes. To use both the thinker Isaiah Berlin as fictional reader and *ad hoc* dystopia of George Orwell's *1984*. Thus, several passages 1984 are being collated and analyzed in the light of the thought of Isaiah Berlin. The virtual event created to article argues that the richness of the work of George Orwell provides sufficient for Isaiah Berlin to develop his political theory, especially his famous concept of negative freedom and positive elements. The theoretical hypothesis argues that legal positivism, by itself, is not the cause or cannot justify totalitarian regimes, but that its use as a means of justification makes a symptom. Power to totalitarian regimes is sufficient by itself, and corresponds to the end to be attained. This teleological aspect of totalitarianism comes before the subversion of a legal system, or even before becoming an ordering him to justify normatively. Thus, this article aims to give a new approach to the subject and work of George Orwell, focusing on how the purge of individual liberty of the subject - *from a reading of Berlin* - can trigger a genuine process of dehumanization - *from the narrative Orwell*.

**Key- Words:** George Orwell, Isaiah Berlin, Freedom; dystopia; dehumanization.

---

\* Aluno de pós-graduação *stricto Sensu* do programa de Mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina –UEL. Bolsista CAPES. Ao som de *Royals* – Lorde, Álbum Pure Heroine, 2013.

## INTRODUÇÃO

Trato neste artigo sobre o quanto o furto da liberdade individual de uma pessoa perfaz um processo de desumanização do sujeito. Para tanto crio um cenário hipotético – *e de certa forma provável* – no qual o pensador Isaiah Berlin é o leitor da distopia *1984* de autoria de George Orwell. Tomo a licença para aproveitar a distopia que, marcadamente é um clássico do século XX, para analisar questões pertinentes à filosofia política e do direito. Analisando a obra e o pensamento de Isaiah Berlin, verifica-se que podemos chamá-lo para ser, aqui, nosso leitor *ad hoc*. Muito mais que isso, podemos convidá-lo para ser um comentarista-articulista e a nos explicar com sua erudição peculiar, questões pertinentes as teorias políticas, históricas, em suma, da filosofia do direito, a partir da obra *1984*.

Assim, enquanto Orwell nos apresenta um enredo sem esperança tomado pela ausência de pensamento livre, onde toda a existência deve desaguar unicamente num Partido, na personificação de um salvador - o Grande Irmão -, Berlin apresenta os fundamentos filosóficos desta distopia. Cabe então a Isaiah Berlin desvendar e nos explicar as justificações teóricas e ideológicas deste regime tirano narrado por Orwell.

O eventual caráter profético de George Orwell não será levado em consideração. A atemporalidade de um clássico não vale apenas por seus acertos e prognósticos, mas sim, por sua pertinência no passado, no presente e no futuro. Ademais, os meios, as técnicas, as questões pertinentes à tecnologia, parecem ser secundárias quando comparadas ao processo de desumanização do sujeito, o que se dá, na hipótese lançada neste artigo, por meio do expurgo da liberdade individual.

O primeiro capítulo contemporiza George Orwell e Isaiah Berlin. No contexto de um artigo puramente analítico talvez as biografias fossem despiciendas. Todavia, em razão da convocação virtual de Berlin para ler *1984*, talvez seja pertinente rápidas considerações sobre os autores. O segundo capítulo intercala diversas passagens da obra de Orwell com comentários extraídos de Isaiah Berlin, focando, em especial, naquilo que Berlin denomina de “*liberdade positiva*”. O terceiro e último capítulo que embora tenha início com uma proposital digressão temática, tem por escopo demonstrar que a obra de Orwell está tratando sobre a desumanização que o totalitarismo causa em razão do euxarimento da liberdade do sujeito. O método de abordagem do artigo é predominantemente hipotético-dedutivo, e trabalha com a interdisciplinaridade entre literatura e filosofia do direito.

## 1. GEORGE ORWELL E ISAIAH BERLIN

*“Quando há consenso sobre as finalidades, as únicas indagações que restam são aquelas relativas a meios e estes não são políticos, mas técnicos”<sup>1</sup>.*

Em que pese não seja a intenção deste artigo traçar biografias de George Orwell e Isaiah Berlin, e tampouco desenvolver resenhas de suas obras, parece oportuno traçar breves linhas que apresente ambos os autores. Isso se justifica até mesmo em razão de que Orwell e Berlin serão espelhados um ao outro, seus pensamentos, características teóricas, ideologias e eventuais circunstâncias históricas de cada um.

Começemos por Isaiah Berlin (1909-1997), que foi um historiador britânico, pensador, teórico político, dentre outras inúmeras qualificações que lhe possam ser atribuídas, decorrente das inúmeras atividades acadêmicas e profissionais que exerceu em sua vida (IGNATIEFF, 2000). Isaiah Berlin nasceu em Riga, na Letônia, então parte do império russo. Próximo aos dez anos, sua família emigrou para o Reino Unido (IGNATIEFF, 2000, pp. 17-26). De família judia, relata Michael Ignatieff (2000) que Isaiah e sua família mudaram de um lugar a outro fugindo de instabilidades políticas, guerras, e perseguição antissemita até, definitivamente, emigrarem para Inglaterra. Apesar de o seu pensamento político gozar de grande prestígio internacionalmente, no Brasil não se constata muitos trabalhos em torno de sua obra literária, sobretudo quando comparada a outros autores político-filosóficos que tratem de liberalismo político e republicanism.

A retomada que Berlin realizou no final da década de 50 do século passado acerca das liberdades dos antigos e dos modernos, ponderadas como liberdades positiva e negativa, respectivamente, - cujo embate se tornou classicamente conhecido a partir do manifesto de Benjamin Constant em *“Da Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos”* (CONSTANT, 1985) -, reavivou a discussão do tema no cenário mundial. Isto porque, ao mesmo tempo em que Berlin fincava seu alicerce na defesa da liberdade negativa, revisitava criticamente diversos pontos teóricos – *a partir de constatações empíricas* - de liberais clássicos, tais como Stuart Mill (2000), Alexis de Tocqueville (2005), e o já citado Benjamin Constant. O texto predominante de Isaiah Berlin que iremos utilizar neste artigo chama-se *Dois Conceitos de Liberdade* (1991), originalmente publicado pela Clarendon Press em 1958

---

<sup>1</sup> BERLIN, Isaiah. *Dois Conceitos de Liberdade*. In:\_\_\_\_\_. *Quatro Ensaios sobre a Liberdade*. Tradução: Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: UnB, 1981-A, p. 133.

– praticamente dez anos após 1984 ter sido escrito por George Orwell -. É sem dúvida um dos ensaios que mais atraíram a atenção para Berlin, no qual passa a discutir os conceitos de liberdade negativa e positiva, e distinguir liberdade de condições de liberdade.

Berlin, tal como George Orwell, estava escrevendo no período próximo ao final da segunda guerra mundial, em plena guerra fria. Os Estados-nacionais, em especial os Estados europeus, intensificavam uma postura intervencionista em termos de implementação de direitos sociais, de certa forma como resposta à ideologia do socialismo real. Isaiah Berlin, que sempre defendia em última instância a perspectiva de liberdade negativa (BERLIN, 1981-A, p. 162), buscou desmistificar as ideologias do totalitarismo por trás de cada discurso daquilo que denominava “*liberdade positiva*”.

George Orwell (1903 – 1950) é o pseudônimo do jornalista e escritor Eric Arthur Blair, nascido em Motihari - Bengala - na Índia, uma vez que seu pai, um funcionário público da administração do império britânico, estava lotado naquele país por ocasião de seu nascimento. Sendo assim, a família retornou para a Inglaterra quando Orwell ainda era criança. Sendo assim, recebeu educação de escolas tradicionais inglesas. George Orwell escreveu na imprensa socialista<sup>2</sup>, e chegou a fazer parte de uma milícia armada na Espanha<sup>3</sup>, a POUM –Partido da Unificação dos Trabalhadores Marxistas -, de orientação marxista. Orwell também lutou na guerra civil espanhola em 1936. No entanto, a chamada “esquerda espanhola” era muito complexa, cheia de rachaduras internas, sendo que algumas dessas forças internas do partido eram apoiadas pelo partido comunista russo. Neste período, porém, sofreu uma grande decepção em razão das brigas de facções interna do partido, e daquilo que considerou ser uma traição, uma vez que os stalinistas, infiltrados no interior da milícia, apoiando a guerra civil, passaram posteriormente a perseguir e prender os próprios líderes das milícias.

Apesar das preferências políticas de Orwell, e de suas decepções práticas com a complexa dicotomia direita-esquerda, nazismo-facismo, e de como tal dicotomia representa dois lados da mesma moeda, o fato é que ele estava escrevendo e relatando em *1984* todo o seu sentimento contra o totalitarismo. Quero dizer com isso que, seguramente George Orwell não era apenas contra o totalitarismo stalinista, de esquerda<sup>4</sup> ou socialista, mas sim, contra

---

<sup>2</sup> Disponível em < [http://www.espacoacademico.com.br/026/26pol\\_orwell.htm](http://www.espacoacademico.com.br/026/26pol_orwell.htm)> Acesso em 19 Jan. 2014

<sup>3</sup> Disponível em < [http://www.george-orwell.org/l\\_biography.html](http://www.george-orwell.org/l_biography.html)> Acesso em 02 Fev. 2014

<sup>4</sup> Sobre o tema cf. a obra *A Doutrina do Choque*. In: KLEIN, Naomi *A Doutrina do Choque. Ascensão do Capitalismo de Desastre*. Tradução: Vânia Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

toda sua forma de manifestação. No entanto, o socialismo real acabou por fornecer elementos empíricos e concretos sobre os quais Orwell conseguiu intuir e descrever muito bem esse fascínio do Poder pelo Poder.

Temos, então, dois autores, que podemos admitir como sendo erradicados no Reino Unido, a certa medida contemporâneos, e ambos relatando a forma como entendiam a política do século XX, as frustrações de duas grandes guerras, a formação das potências, dos blocos, e, enfim, a afirmação do totalitarismo unicamente a base da força, medo e dor. Por essa razão, o fato de Berlin ser um historiador e cientista político não o distancia de Orwell. Pelo ao contrário, a literatura aguçada de Orwell acaba por aproximar os autores. No contexto em que distopia se apoderava naquele final de segunda guerra mundial, teoria e filosofia política pode ser identificada em todos os tipos de manifestações culturais, de cantigas folclóricas, brincadeiras de crianças, filmes, e, sem dúvida alguma, na literatura. Por isso, não há um oceano que separe um estudo pretensamente técnico e puro do estudo da literatura enquanto manifestação artística. Há, sim, uma ponte de conexão interdisciplinar sensível as mais diversas manifestações e percepções históricas registradas. Por fim, percebe-se a existência de uma pangeia continental formada por conhecimentos interdisciplinar.

Isaiah Berlin é o nosso leitor virtual de George Orwell. Culto e erudito, é bem provável que, de fato, tenha lido a obra de George Orwell. Mas, aqui, isso é irrelevante. A contextualização da contemporaneidade de ambos se presta apenas para destacar a questão do totalitarismo. Enquanto Orwell nos dá imagens, ritmo da forma como o totalitarismo se desenvolve, Berlin oferece pressupostos de filosofia política buscando desvendar os fundamentos que eventualmente possam justificar os regimes totalitários. Mas não se pode dizer que Orwell também não tenta desvendar tais pressupostos filosóficos. Tentarei, a seguir, traçar algumas dessas comparações nas obras destes autores.

Não quero me dedicar, como muitas pessoas brilhantemente o fazem, a enaltecer suposta filosofia da história desenvolvida por Orwell, passando o tratar como um profeta. Isso não é necessário, e talvez pouco contribua para uma análise do que vivemos agora. Admitir que de fato algumas narrativas se cumpriram historicamente, sobretudo do ponto de vista dos avanços da técnica e ciência, não impõe aceitar uma profecia histórica. Mesmo que nos desconectemos de toda carga pretensamente profética (que ora se cumpre e ora posterga), existe um ponto pouco retrato a partir de obras como *1984*, que diz respeito justamente a desumanização do ser humano, e de como muitas vezes isso ocorre pela supressão da liberdade.

No enredo que nos é fornecido por George Orwell, o qual fora escrito entre 1948 e 1949, vemos um futuro prospectado em 1984. O mundo encontra-se dividido em três potências e vive em constância guerra. Winston Smith é a personagem principal. Smith que compõe partes inferiores do Partido trabalha no Ministério da Verdade. Seu ofício consiste em reescrever a história, retificar notícias. Após se envolver com Julia, outra integrante do Partido - relacionamento terminantemente proibido e secreto -, tomam coragem para se rebelar contra o Partido do Grande Irmão. Smith acredita que O'Brien, membro do núcleo do Partido, também comunga de seus mesmos sentimentos contra o Partido. Mal sabia Smith, porém, que O'Brien seria o seu algoz, que após fingir ser um contrarrevolucionário juntamente com a figura de Goldstein – uma figura eventualmente fictícia utilizada para simbolizar o inimigo do Estado -, iria capturá-lo e torturá-lo até que reconhecesse toda a soberania do Grande Irmão.

## 2. O GRANDE IRMÃO E A SUA LIBERDADE POSITIVA

*Quem controla o passado controla o futuro;  
Quem controla o presente controla o passado*<sup>5</sup>.

Talvez o mais indicado do ponto de vista metodológico fosse apresentar em capítulos separados a teoria de Berlin e a distopia desenvolvida por Orwell. Talvez. Mesmo assim, pretendo correr o risco de, pouco a pouco, resgatar algumas passagens de *1984* e compará-la a pontos que acredito foram abordados por Berlin sob aspectos de fundamentos filosóficos. O cenário virtual criado neste artigo, tendo um leitor altamente gabaritado e de luxo como Isaiah Berlin, problematiza, justamente, o quanto a riqueza da obra de George Orwell, poderia ter servido, por si só, para que Berlin desenvolvesse suas concepções sobre a história, teoria política, em resumo, do seu entendimento sobre o risco de que valores externados na “*liberdade positiva*” possam converter-se em regimes totalitários. Mostra o quanto a “realidade” e literatura caminham imperceptivelmente juntas. Tanto assim, que eventualmente o exercício aqui proposto poderia ser feito as avessas: Orwell como leitor que se aproveitou de todo aparato acadêmico, histórico e filosófico de Berlin para construir sua distopia. Por isso, na medida do possível, apresentarei fragmentos de Berlin e Orwell conjuntamente, um

---

<sup>5</sup> Slogan do Partido do Grande Irmão. ORWELL, George. *1984*. Tradução: Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 291

seguido do outro no mesmo capítulo, a despeito de todo o perigo de que isso se torne uma salada indigerível.

Como já estabelecemos anteriormente, o ensaio principal – mas não exclusivo - de Isaiah Berlin que utilizaremos chama-se *Dois Conceitos de Liberdade* (1981). Estes dois conceitos de liberdade retomado por Berlin a partir de Benjamin Constant – liberdade dos modernos e liberdade dos antigos -, são: a liberdade negativa, característica do liberalismo, e, em a certa medida, a liberdade positiva a qual Berlin irá vincular como justificção teórica de regimes totalitários. Nosso foco, então, gravitará em torno deste conceito de liberdade positiva.

A finalidade de cada perspectiva é bem diferente uma da outra. A liberdade negativa tem como objetivo limitar a interferência do Estado e de outros cidadãos na esfera da liberdade individual e institucional na vida de cada indivíduo, de impedir que obstáculos se imponham injustificadamente e de mensurar os “caminhos” deixados abertos para a atuação do cidadão. Segundo Berlin (1981-A, p. 166), a diferença nas finalidades “*não se trata de duas interpretações diferentes de um só conceito, mas de duas atitudes profundamente divergentes e irreconciliáveis quanto às finalidades da vida*”. O liberalismo político – liberdade negativa - tem como objetivo a instituição de mecanismos normativos políticos e institucionais – *e nisso consiste o consentimento de uma perda mínima de liberdade individual* – a fim de proteger o cidadão contra o *Estado*, e, também, contra grupos ou classes que pautados em qualquer valor ético – *ainda que sejam de maioria* - queiram sobrepujar a circunscrição da liberdade individual<sup>6</sup>. Curiosamente, o que Berlin tentará demonstrar é que o totalitarismo surge justamente do sentimento que o indivíduo possui de ser seu próprio senhor. Estando uníssono com o Partido, sempre um partido único, o indivíduo não precisa pensar sequer em liberdade. Sendo senhor de si mesmo, pensar em liberdade perde até mesmo o sentido, eis que ninguém pode ser escravo de si mesmo. Esta é uma contraposição para a liberdade negativa – do liberalismo - na qual o indivíduo é governado por lei – Nesse contexto:

O sentido “positivo” da palavra “liberdade” tem origem no desejo do indivíduo de ser seu próprio amo e senhor. Quero que minha vida e minhas decisões dependam de mim mesmo e não de forças externas de qualquer tipo. Quero ser instrumento de mim mesmo e não dos atos de vontade de outros homens. (BERLIN, 1981-A, p. 142).

---

<sup>6</sup> Cf. sobre o tema o artigo *O Liberalismo Político e seus Críticos*. RAMOS, Cesar Augusto. In \_\_\_\_\_: *Crítica Revista de Filosofia*. Vol. 10, n. 32. Londrina: 2005, p.229-264.

Para a compreensão de “liberdade negativa” pressupõe-se que o indivíduo abra mão de um pequeno espaço de sua liberdade individual. Em troca disso, o indivíduo terá a segurança de que a zona delimitada de sua liberdade individual e institucional não sofrerá interferências injustificáveis. Nesse contexto, a distinção entre público e privado deve ser demarcada e ganha relevância. Por essa razão, o governo representativo, igualmente com limites de interferência demarcadas pela lei, é parte importante na arquitetura da teoria do liberalismo político. Isso porque, entende-se que o indivíduo ao se submeter a um governo representativo, está, na verdade, se submetendo à impessoalidade da lei. Para a concepção republicana de liberdade – *que na leitura de Berlin oferece elementos para uma degeneração totalitária* - essa submissão e abdicação de autogoverno é inaceitável.

É a partir dessas diferenças que Berlin começa a aprofundar os fundamentos da distinção entre os conceitos das liberdades negativa e positiva. Isaiah Berlin identifica no discurso da liberdade positiva uma espécie de bipartição do sujeito (CASARIN, 2008, p. 288), herança da filosofia racionalista dos iluministas, e, posteriormente dos idealistas. Essa bipartição do sujeito, numa espécie maniqueísta de bem e mal, corresponderia em dois tipos de egos: o “ego ideal” e o “ego empírico” (BERLIN, 1981-A, p.143).

O *ego* do “eu” superior ou ideal representa o ego racionalmente superior, o qual tem discernimento de tudo que é bom, justo e ético, não só para o presente, mas também, para o futuro – *atemporalidade e universalidade* -. A outra parte da bipartição do sujeito seria representada pelo “ego empírico”, o qual seria inclinado pela busca de prazeres imediatos, movido por impulso irracional, egoísta e mundano – *por isso contrário ao ego racionalmente superior* -. Trata-se de um “ego” carecedor de disciplina por parte da plenitude da natureza ideal.

Observe-se que este “ego empírico” que precisa ser disciplinado está claramente estampado em várias passagens de *1984* de Orwell:

A intenção do partido não era apenas impedir que homens e mulheres desenvolvessem laços de seu controle. O objetivo verdadeiro e não declarado era limitar todo prazer do ato sexual. O inimigo era menos o amor que o erotismo, tanto dentro como fora do matrimônio. Todos os casamentos entre os membros do Partido tinham de ser aprovados por uma comissão especialmente nomeada para esse fim, e – conquanto o princípio jamais fosse exposto com clareza – a permissão era sempre recusada quando havia sinais de atração física entre o homem e a mulher em questão. O único propósito reconhecido do casamento era gerar filhos para servir ao Partido. (ORWELL, 2009, pp. 83-84)



Essa bipartição da pessoa humana em dois egos é representada, ainda, de outra forma por Isaiah Berlin. A próxima etapa desta bipartição do sujeito é explicada numa espécie de tipologia que opõe sujeito-individual e sujeito-coletivo, ontogenia e filogenia. Assim, os dois tipos de “egos” que compõem o homem – *ego empírico e ego ideal* -, passam a ser representado pela personificação entre indivíduo e sociedade, cidadão e *Estado*. Sem embargo, o indivíduo é representado por seu “ego empírico”, ao passo que a personificação de um grupo ou sociedade, será detentora do “ego ideal”:

O ego verdadeiro pode ser concebido como algo mais amplo que o indivíduo (conforme se emprega normalmente o termo), como um “todo” social do qual o indivíduo constitui um elemento ou um aspecto: uma tribo, uma raça, uma igreja, um Estado, a grande sociedade dos vivos e dos mortos e dos que ainda estão para nascer. Essa entidade é então identificada como sendo o ego “verdadeiro” que, impondo sua própria vontade coletiva ou “orgânica” sobre os membros recalcitrantes, consegue a sua (e, em consequência, deles) própria liberdade “superior”. (BERLIN, 1981-A, p. 143).

Essa fundamentação justifica a ação de uma coletividade, representada pelos interesses sociais correlatos pelos valores superiores e sublimes da liberdade positiva, na tentativa de religar o homem desprovido de virtude e perdido em seu próprio “ego empírico” inferior, com o verdadeiro ego, isto é, o “ego ideal”. Com efeito, esta intervenção do Estado na vida do cidadão é justificável ainda que, para tanto, seja realizada contra a própria vontade do indivíduo. Não é por acaso que na Oceania, cenário de *1984* de George Orwell, a revolução, as intermináveis guerras, planos trianuais, eram realizados sempre com a justificativa de serem feitas em favor dos cidadãos. Winston Smith pensando sobre as verdades e mentiras que seriam ditas pelo Partido em certa passagem da obra reflete:

É claro que o Partido se vangloriava de ter libertado os proletas da escravidão. Antes da revolução eles eram oprimidos de maneira revoltante pelos capitalistas. Passavam fome, eram açoitados, as mulheres eram obrigadas a trabalhar nas minas de carvão (para falar a verdade, as mulheres continuavam trabalhando nas minas de carvão), as crianças eram vendidas para as fábricas a partir dos seis anos de idade. (ORWELL, 2009, p. 90).

Sob a perspectiva da “liberdade negativa” o ser humano abre mão de parcela de sua liberdade para, justamente se ver protegido contra o Estado e, também, da interferência injusta de outros cidadãos. Por sua vez, a “liberdade positiva” o indivíduo compreende sua existência apenas na coletividade. Assim, uma vez que a coletividade da sociedade acaba por ser personificada na força e na figura de um Estado ou Partido, eventuais ações contra a vontade

de individual de uma pessoa não será interpretada como uma intervenção injusta, mas sim, como uma manifestação de coletividade da qual o próprio indivíduo faz parte.

Quando Winston Smith está sendo torturado, O'Brien na sessão de tortura e interrogação questiona Smith acerca da realidade e explica como a própria realidade ou existência do Grande Irmão deve ser compreendida:

A realidade existe na mente humana e em nenhum outro lugar. Não na mente individual, que está sujeita a erros e que, de toda maneira, logo perece. A realidade existe apenas na mente do Partido, que é coletiva e imortal. Tudo o que o Partido reconhece como verdade é verdade. É impossível ver a realidade se não for pelos do Partido. (ORWELL, 2009, p. 292).

Smith \_\_\_ O Grande Irmão existe?

O'Brien \_\_\_ Claro que existe. O Partido existe. O Grande Irmão é a personificação do Partido.  
(ORWELL, 2009, p. 303).

É por isso que o mesmo “ego ideal”, isto é, seus ideais e valores que se encontram no recôndito de cada pessoa, é mesmo “ego ideal e perfeito”, exteriorizado e que compõe a personificação de uma coletividade aperfeiçoada e justa – *grupo, sociedade, Estado, Nação* -. Para Berlin, nosso leitor virtual de George Orwell, o “ego ideal” é apreendido a partir da figura do Grande Irmão, e, por consequência, do próprio Partido. O que acontece, porém, é que nem todos os indivíduos conseguem identificar, entender, “ouvir” e ser guiados pelo “verdadeiro e virtuoso ego”. O'Brien, personagem que compunha o núcleo do Partido em *1984*, chamará isso de ter uma “doença”. Todos aqueles que questionam as verdades do Partido passam a ser classificados como “perturbados mentalmente”. Disso resulta, segundo o atento leitor Isaiah Berlin, que as coletividades, representantes no “ego racionalmente superior e perfeito”, se autocompreendem como sendo legitimadas para decidir e interferir na esfera vida privada e da liberdade individual do cidadão. Isto porque, neste contexto, qualquer interferência na esfera privada do sujeito, será feita sob a justificativa de que se pretende fazer o melhor para o sujeito, ainda que, ele próprio, o sujeito, não compreenda o que é melhor para si, em razão da obstinação de seu “ego empírico” que “não é saudável”.

Posteriormente, continuando sua tentativa de desmistificar as razões filosóficas e justificativas totalitarista, Berlin explicará que “ego ideal” que todas as pessoas possuem, mas poucas conseguem dar vazão ou mesmo intuir, em razão de estarem sufocadas pelo “ego empírico”, será reconhecido na personificação de uma só figura, de uma só pessoa, isto é, aquela pessoa que foi capaz de intuir melhor esse “ego ideal” composto de verdadeiros ideais, benevolência, intenções de felicidade e paz. Na distopia de *1984* esta figura está personificado

na personagem do Grande Irmão - que sequer se sabe se realmente existe ou não. É esta figura, o Grande Irmão, que tem o papel de religar, tal como se fosse uma religião *religare* - o ser humano desamparado em seus próprios ideais mesquinhos, pobre e inferior, com “ego ideal”. No livro de “Goldstein” que fora entregue para que Winsto Smith - que posteriormente verificou-se ter sido escrito pelo próprio O’Brien -, revela a construção simbólica do Grande Irmão, e sua importância para a representação daquilo que Berlin chamava de “ego ideal”, bem como a sua importância para apascentar a coletividade em todos os escalões do Partido:

O Grande Irmão é infalível e todo-poderoso. Todos os sucessos, todas as realizações, todas as vitórias, todas as experiências científicas, todo o conhecimento, toda a sabedoria, toda a felicidade, toda a virtude seriam um produto direto de sua liderança e inspiração. Ninguém jamais viu o Grande Irmão. Ele é um rosto nos cartazes, uma voz na teletela. Podemos alimentar razoável certeza de que jamais morrerá, e já existe considerável discussão quanto ao ano em que nasceu. O Grande Irmão é um disfarce escolhido pelo Partido para mostrar-se ao mundo. Sua função é atuar como um ponto focal de amor, medo e reverência, emoções mais facilmente sentidas por um indivíduo de que por uma organização. (ORWELL, 2009, p. 245).

Em toda a obra de *1984*, fica claro a necessidade de que o Partido não fosse apenas obedecido. O Grande Irmão deveria ser amado. O’Brien, em um de seus célebres diálogos que travara com Smith, enquanto este estava preso e era torturado, ressaltava que, o Partido, diferentemente de oligarquias e impérios do passado, tais, inclusive, como os Nazistas e Fascistas, não criavam mártires. Antes disso, os convertiam e os faziam reconhecer seu amor pelo Grande Irmão. Por essa razão, o envolvimento com essa “liberdade positiva” impõe a necessidade de que a coletividade, estampada numa figura “superior”, seja adorada por aqueles que se sentem salvos de seus “egos empíricos”. Isso fica claro quando Winston Smith relata o final de uma das sessões de “dois minutos de ódio” que ocorria todos os dias por volta das 11h00min:

O rosto do Grande Irmão, contudo, deu a impressão de permanecer na tela por vários segundos mais, como se o impacto que causara nas retinas de todos os presentes fosse vívido demais para desaparecer imediatamente. A mulher escura e ruiva se jogara para a frente, apoiando-se no encosto da cadeira diante dela. Com um murmúrio trêmulo que parecia dizer “Meu Salvador!”, estendeu os braços para a tela. Em seguida afundou o rosto nas mãos. Era visível que fazia uma oração.

Nesse momento todo o grupo ali presente prorrompeu num canto grave, lento, ritmado, em que entoava “G-I... G-I... G-I...” uma e outra vez, muito devagar, com uma longa pausa entre o “G” e o “I” \_\_\_\_, um som grave, em surdina, às vezes curiosamente feroz, em cujo segundo plano parecia ouvir-se o ruído de pés descalços golpeando o chão e o latejar de tantãs. Aquilo continuou por uns trinta segundos. Tratava-se de um refrão ouvido com frequência em momentos de emoção avassaladora. Em parte era uma espécie de hino à sabedoria e à majestade do Grande Irmão, mas antes de mais nada

era um ato de auto-hipnose, um embotamento voluntário da consciência por intermédio de um ruído rítmico. (ORWELL, 2009, p. 29).

Essa personificação do “ego ideal” numa determinada coletividade ou pessoa é que permite fundamentar os princípios da igualdade e da justiça correlatas da “liberdade positiva”. Todos devem se sentir parte destes ideais e valores, como se estes fossem intuídos e eleitos por si mesmo. Os indivíduos não podem se sentir externos a isso. Isso porque, permite igualar o que seja “realmente bom”, justo e certo para todas as pessoas, visto que o “ego perfeito” da coletividade é o mesmo “ego perfeito” que está no mais profundo recôndito de cada indivíduo. A igualdade de proposições de justiça, virtude ética reside na superioridade racional que todo ser humano pode alcançar. A coletividade, dirá Berlin o leitor de Orwell, “socorre”, contudo, aqueles que não conseguem atingir tal superioridade racional para identificar os verdadeiros propósitos éticos do “ego ideal”. Há uma passagem logo no início de *1984*, na qual Winston Smith observa que a teletela anuncia uma grande vitória do Partido e logo a seguir anuncia novo racionamento de ração de chocolate que reduziria de trinta para vinte gramas por semana (ORWELL, 2009, pp. 27, 28). Posteriormente, essa racionalização da ração seria alvo de retificação da história no Ministério da Verdade, uma vez que o Partido havia prometido, anteriormente, que não haveria racionamento (ORWELL, 2009, p. 53). Uma vez retificado a notícia do passado, os originais eram jogados na fornalha chamada “buraco da memória”. Era como se nunca tivessem existido os fatos históricos que foram modificados:

A nova ração só seria distribuída no dia seguinte e restavam-lhes apenas quatro cigarros. Naquele momento tinha ouvidos fechados para os ruídos mais afastados e estava escutando o que a teletela transmitia. Foi informado de que houvera inclusive manifestações de agradecimento ao Grande Irmão pelo fato de ter elevado a ração de chocolate para vinte gramas por semana. Sendo que ainda ontem, refletiu, fora anunciada a redução da ração para vinte gramas por semana. Seria possível as pessoas engolirem aquela, passadas apenas vinte e quatro horas do anúncio? Sim, engoliam. (ORWELL, 2009, pp. 75, 76).

Essa perspectiva - *uma interferência na esfera de liberdade do sujeito, para decidir o que seja realmente bom para o indivíduo* -, não seria aceitável para o liberalismo político nem mesmo sob o argumento de que o indivíduo, por seu “ego empírico” não consegue identificar o que lhe seja realmente bom. Isso porque, se os limites da liberdade individual – *área de não interferência* -:

“[...] forem invadidos, o indivíduo passará a dispor de uma área demasiado estreita mesmo para aquele desenvolvimento mínimo de suas faculdades naturais que, por si só, torna possível perseguir, e mesmo conceber, os vários

fins que os homens consideram bons, corretos, ou sagrados. (BERLIN, 1981-A, p. 137).

Para que não haja dúvidas, e para que os cidadãos não corram o risco de elucubrar ilicitamente o que seja certo ou errado, essa personificação na obra *1984*, é estampada em diversos slogans do Partido, verdadeiros mantras que devem ser mentalizados, tais como:

GERRA É PAZ  
LIBERDDE É ESCRAVIDÃO  
IGNORÂNCIA É FORÇA  
(ORWELL, 2009, p. 14).

Outro slogan do partido dizia *PROLETAS E ANIMAIS SÃO LIVRES* (ORWELL, 2009, p. 91). Em resumo, tanto os proletas quanto os animais não seriam capazes, em tese, de articular nenhum pensamento que colocasse o Partido em risco. A escravidão que gerava liberdade era a escravidão de dentro do Partido. Só existia liberdade nos limites extremos daquilo que o Partido permitia, ou melhor, do que o Partido exigia, e que deveria ser “sentido” por todos.

Pois bem. Posteriormente, Berlin exorta para uma diferença crucial: uma coisa é dizer que a coletividade personificada pelo “ego ideal” – no caso de *1984*, o Grande Irmão - sabe o que é bom e melhor para o sujeito quando este mesmo não o sabe; outra coisa distinta é afirmar que uma pessoa, *por si mesma*, já escolheu e sabe o que é verdadeiramente bom para si por meio do “ego ideal”, mas não consegue perceber isso porque tal percepção encontra-se obstruída. (BERLIN, 1981-A, p. 144). O ponto de diferença pode ser sutil, mas é de extrema relevância. Dizer para uma criança que ela não sabe o que é bom para ela devido a sua falta de discernimento da vida é algo bem diferente de dizer para a mesma criança que ela sabe o que é bom para ela, mas não consegue perceber este conhecimento, uma vez que ele está sufocado por “ego empírico”, ou como dissera O’Brien para Smith: que ele estava “doente”, com distúrbios psíquicos, mas o Partido iria curá-lo. E é exatamente esse o ponto tanto em Berlin quanto da distopia de Orwell. Tratados como crianças por parte do Estado Totalitário, o ser humano não basta se amoldar por seus atos, mas seus próprios pensamentos devem estar de acordo com o pensamento imposto. Não basta dizer que dois mais dois são cinco, deve-se pensar e acreditar que dois mais dois são cinco, o que levou a própria personagem Winston Smith a escrever em seu diário “*Liberdade é a liberdade de poder dizer que dois mais dois são quatro. Se isso for admitido, tudo o mais é decorrência*” (ORWELL, 2009, p. 101). O humor aguçado e sombrio de Orwell descreve essa planificação dos pensamentos e das ideias, pelo conceito de crime-pensamento ou crime-ideia:

De toda a maneira, a Polícia das Ideias haveria de apanhá-lo. Cometera – e teria cometido, mesmo que jamais houvesse aproximado a pena do papel – crime essencial que englobava todos os outros. Pensamento-crime, eles o chamavam. O pensamento-crime não era uma coisa que se pudesse disfarçar para sempre. Você ate conseguiria se esquivar durante algum tempo, às vezes durante anos, só que mais cedo ou mais tarde, com toda a certeza, eles o agarrariam. (ORWELL, 2009, pp. 29, 30).

O *Estado, a nação ou uma determinada coletividade*, nessa concepção de “liberdade positiva”, quando decide, quando é presente na vida do indivíduo, o faz conforme a própria escolha do “ego ideal” do indivíduo, ainda que externamente tais decisões sejam aparentemente contrárias aos desejos deste indivíduo<sup>7</sup>. Nessa linha de pensamento, não há interferência uma vez que o “ego ideal” personificado pelo *Estado*, ou pelo Grande Irmão em 1984, o qual deseja e decide é idêntico ao “ego ideal” que compõe o indivíduo (BERLIN, 1981-A, p. 144). Ora, uma vez que seria uma contradição admitir que o sujeito possa ser escravo de si mesmo (BERLIN, 1981-A p. 146), qualquer ato externamente e aparentemente contrário não será uma interferência sujeito compõe o domínio do “ego ideal” da coletividade ou personificação de um líder. Dito em outras palavras, se o “ego ideal” personificado no Estado é o mesmo “ego ideal” que habita no indivíduo, e se este já decidiu pelo “ego ideal” mesmo sem se dar conta disso, não há que se falar em intervenção por parte do *Estado*.

A importância dessa “liberdade positiva”, é de que suas máximas, os valores por ela entronizada, devem corresponder identicamente ao que cada pessoa sente, pensa e deseja. Por isso, regimes totalitários se impõem contra a liberdade das pessoas. Mas não apenas a liberdade física, da coerção externa. Crimes contra a humanidade, dirá Hannah Arendt (1962), é justamente buscar fazer com que as pessoas acreditem que não suas humanas. Roubar suas convicções, seus sentimentos, reduzi-los a condição de não serem mais humanos.

---

<sup>7</sup>Berlin quando analisa o que classifica como liberdade positiva não ignora eventuais valores eventualmente inseridos nessa perspectiva. Ocorre, porém, que Berlin está convencido que a compreensão de autogoverno guarda em si fundamentos que muito provavelmente conduzirão a governos totalitários. Nesse sentido: “Uma vez que eu tenha adotado tal ponto de vista, estou em posição de ignorar os verdadeiros desejos dos homens ou das sociedades, para oprimir, maltratar e torturar a eles em nome de seus egos “verdadeiros”, com a firme certeza de que, qualquer que seja a verdadeira meta do homem (felicidade, cumprimento do dever, sabedoria, uma sociedade justa, realização pessoal), precisará ser idêntica a sua liberdade – a livre escolha de seu ego “verdadeiro”, embora quase sempre sufocado e desarticulado. (BERLIN, 1981-A, p. 144). E ainda: “Devo fazer para os homens (ou com eles) o que não podem fazer por si mesmos e não posso pedir-lhes permissão nem consentimento, porque não estão em condições de saber o que é melhor para eles; com efeito, o que eles permitirão e aceitarão talvez possa significar uma vida medíocre objeta ou talvez mesmo sua ruína e suicídio (op. cit. p. 156).

### 3. LIBERDADE – UMA LUTA CONTRA A DESUMANIZAÇÃO

*Liberdade é a liberdade de dizer que dois mais dois são quatro.  
Se isso for admitido, tudo mais é decorrência<sup>8</sup>*

*O sentido de liberdade individual que emprego  
implica não apenas ausência de frustração pela perda ou abnegação dos desejos,  
mas a ausência de obstáculos nas estradas por onde o homem decidir passar<sup>9</sup>*

Gostaria de iniciar este último capítulo com um breve devaneio, uma digressão, sem, contudo, perder o foco do artigo em si. Existe em *1984*, segundo pude compreender, um processo de desumanização das pessoas – tentei esboçá-lo no final do capítulo anterior. Isto parece, inclusive, ficar mais nítido em um dos épicos diálogos travados enquanto O'Brien torturava Smith (ORWELL, 2009, pp. 314- 319). Não estou me referindo a uma eventual antropologia ou até mesmo antropologia filosófica desenvolvida por Orwell em *1984*. Na verdade trata-se de um voo bem mais raso, quase um pequeno salto. Refiro-me ao esvaziamento do indivíduo. Não de sua natureza humana – pode até ser que de fato exista uma natureza humana, nem questiono isso -, mas de si mesmo. Refiro-me, muito mais, ao esvaziamento a qual muitas pessoas foram submetidas em regimes totalitários de sua própria história e lembranças, da consciência de si mesmo, para, aí sim, ter esvanecidas suas características de uma eventual natureza humana. O'Brien quis deixar claro a Smith que se ele era de fato um homem, então era o último de sua espécie. Para o Partido a existência ou não de uma “natureza humana” era bem menos relevante quanto comparada à importância em relação à sua descrença por parte dos membros inferiores do Partido ou até mesmo dos proletas. Quanto mais Smith se sentisse sozinho, se sentisse o último de sua espécie, mais o Partido o quebraria, mais seria possível prosseguir na *metanoian* instaurada, mais Smith seria furtado de si mesmo, suas lembranças, suas crenças e convicções. Assaltar a liberdade individual do sujeito, não lhe permitir que pense por si mesmo, fazê-lo acreditar que sequer é capaz de pensar algo por si mesmo, o próprio processo de desumanização. Orwell relata que Smith ao vislumbrar a eminência de sua morte lamentou o mal-entendido, a confusão desnecessária que cometera, Smith, enfim, estava “*amando o Grande Irmão*” (ORWELL, 2009, p. 346). A desumanização está intimamente ligada ao “arrependimento”, a própria

---

<sup>8</sup> Winston Smith, protagonista de *1984*, registrando seu pensamento em seu diário. ORWELL, George. *1984*. Tradução: Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 101.

<sup>9</sup> Trata-se de formulações de réplicas por parte de Berlin às críticas recebidas sobretudo em razão do ensaio *Two Concepts of Liberty*. BERLIN, Isaiah. *Quatro Ensaios sobre a Liberdade. Quatro Ensaios sobre a Liberdade*. Tradução: Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: UnB, 1981b, p. 21

mudança de mente que deveria ocorrer com Smith. Como vimos, o Partido não criava mártires. A morte, isto é, evaporação das pessoas, só ocorria após esse processo de mudança de mente, uma verdadeira desumanização do sujeito para posterior confissão que não fosse usurpada, mas que pudesse ser sentida como genuinamente sincera por parte daquele que sofrera esse processo. Em 1984, muito embora Orwell não tenha dito com essas mesmas palavras, a “evaporação” das pessoas era precedida pelo esvaziamento de sua humanidade.

Adela Cortina aproveitando-se de um enredo um pouco diferente do narrado por George Orwell, em sua obra *Cidadãos do Mundo. Para uma teoria da cidadania* (CORTINA, 2005), faz uma belíssima introdução resgatando clássicos como *A Ilha do Doutor Moreau* de Herbert George Wells, *Frankenstein* de Mary Shelley. Adela parece estar correta ao interpretar que os verdadeiros monstros nessas histórias não são as criaturas, mas sim, os seus criadores. O que aqueles cientistas queriam era justamente transformar a natureza de suas criações, no caso de Wells, dos animais ou “humanimais”, mudando sua natureza de animais para humanos. A experiência da personagem Doutor Moreau na chamada “casa da dor” era justamente uma imposição de sofrimento, a certa medida muito parecida com aquela praticada por O’Brien em Smith. O Doutor Moreau buscava fazer com que os animais mentalizassem por meio de Lei e Dor. Não há como não aproveitarmos as observações de Cortina, quando ela repara que as transformações físicas dos animais do Doutor Moreau foram relativamente simples de serem realizadas. Contudo, o objetivo não era apenas esse. Mudar a natureza impõe um desafio muito maior: era necessário que eles tivessem a “mentalização”, “*Moreau tenta mentalizar suas criaturas para que sintam e pensam como os seres humanos*” (CORTINA, 2005, p. 12). Como explicara O’Brien a Smith, o Partido não ligava para as supostas e tolas infrações que tanto Smith e Julia haviam cometido. Grave era o crime-pensamento ou crime-ideia. A diferença é que na obra lida por Adela Cortina os animais regressam paulatinamente à sua natureza após a morte de seu criador e o fim das sessões de repetições da Lei e Dor. Mas para onde nos leva essa digressão? Ora bem, Adela transmuta o grotesco teológico em grotesco político:

Mas também seria bom que a vida política se desse conta de que as advertências de Wells também se dirigem a ela, porque a cansativa repetição da lei e do castigo não produzem condutas humanizadoras permanentes, não elevam por si só o grau de humanidade das pessoas, se os sujeitos da vida humana não compreendem e sentem que a lei, quando existe, vem de dentro, é a sua própria lei. (CORTINA, 2005, p. 14).



Aparte as ressalvas republicanas ou comunitárias de Adela Cortina – “*é a sua própria lei*” -, me parece bem pertinente o tipo de indagação por ela levantada. A busca por bandido e mocinho é comum na leitura de literaturas e telespectadores de filmes. Assim, por exemplo, o próprio expectador pode exercer seus “dois minutos de ódio”. Adela relativiza bem essa dicotomia mocinho-bandido e atualiza a sessão de Lei e Dor do Doutor Moreau com as seguintes afirmações sobre a necessidade de impor a democracia e Direitos Fundamentais:

É preciso respeitar os direitos humanos. Essa é a lei. Acaso não somos homens?

Toda pessoa tem direito à vida. Essa é a lei. Acaso não somos homens?

Toda pessoa tem direito a se expressar livremente. Essa é a lei. Acaso não somos homens?

É preciso fortalecer a democracia. Essa é a lei. Acaso não somos homens?

(CORTINA, 2005, p. 15).

O próprio Winston Smith não é um “herói” convencional, se é que tenha sido mesmo um herói. E tampouco é necessário que tenha sido um herói. Winston Smith assumiu a responsabilidade por sua vida e por seus atos, e isso é tão nítido em toda a obra, que é mais relevante e nobre do que eventuais atos heróicos. E isso ficou mais nítido quando O’Brien durante a sessão de tortura fez que Smith ouvisse a gravação de uma conversa anteriormente travada entre ambos, na qual Smith diz o que está disposto a fazer contra o Partido. Smith categoricamente afirmou, enquanto era submetido ao processo de tortura, se sentir moralmente superior que os membros do núcleo do Partido. No entanto, a gravação da conversa revelava afirmações inescrupulosas por parte de Smith a fim de derrubar o Partido<sup>10</sup>:

O’Brien \_\_\_ “Está preparado para cometer assassinatos”?

Winston Smith \_\_\_ “Sim”.

O’Brien \_\_\_ “Concorda em cometer atos de sabotagem que podem causar a morte de centenas de inocentes”?

Winston Smith \_\_\_ “Sim”.

O’Brien \_\_\_ “Se, por exemplo, jogar ácido sulfúrico no rosto de uma criança for uma ação que de alguma forma atenda a nossos interesses, será capaz de executá-la”?

Winston Smith \_\_\_ “Sim”.

(ORWELL, 2009, pp. 206-207).

---

<sup>10</sup> Não é possível afirmar com toda a certeza que Smith de fato detinha coragem ou mesmo intenção de praticar os atos os quais afirmou perante O’Brien. Trata-se de uma personagem complexa, e a circunstâncias nas quais afirmou e concordou com tudo que lhe era questionado poderia ter a intenção de impressionar o próprio O’Brien. O fato, porém, é que nem Smith e tampouco Julia, queriam perder o romance em que viviam, mas consideraram sem problemas ferir pessoas inocentes em favor de uma causa contrarrevolucionária contra o Partido do Grande Irmão.

O processo de mentalização do humanimais, que visa mudar sua natureza originária de animal para humano é o mesmo processo totalitário que visa retirar toda liberdade individual do ser humano, e portanto, o mesmo processo de desumanização. Mas como ambos os processos podem ser a mesma coisa se caminham em direções opostas? Quero defender a partir desta digressão, que tanto Berlin quanto Orwell estão acima de questões pretensamente resumidas entre “direita” e “esquerda”, “capitalista” e “socialismo”. Suas obras nos conduzem para algo maior. Regimes totalitários sejam de direitas<sup>11</sup> ou de esquerda necessariamente se levantarão contra a liberdade individual e contra a humanidade das pessoas. Não lhes bastam matar ou aniquilar com etnias. Antes, é necessário lhes roubar a humanidade, lhes convencer de que não são humanos. Fazer com as próprias pessoas desejem a sua morte. Este parece ser o ponto.

E é a partir desse ponto que retornamos da digressão. Isaiah Berlin quando tratou sobre a arquitetura dos “egos” empírico e real-ideal, falava justamente da supressão da liberdade e da suplantação da humanidade do indivíduo em pró de uma “humanidade do coletivo”. Berlin afirma que uma pessoa pode se sentir livre de diversas maneiras, sendo uma delas a autoabnegação dos desejos. A autoabnegação, segundo Berlin consiste em eliminar “*os obstáculos de meu caminho abandonando o caminho, [...]*”. (BERLIN, 1981-A, p. 146). O Partido do Grande Irmão em 1984 compreendeu muito bem isso, não é a toa que um dos slogans dizia “*Escravidão é Liberdade*”.

Em um dos diálogos no refeitório do Ministério da Verdade entre Smith e Syme, este que trabalhava na 11ª edição do Dicionário de Novafala asseverou:

Os proletas não são seres humanos, disse, despreocupado. “Lá por 2050 -, ou antes, talvez – todo o conhecimento real de Velhafala terá desaparecido. Toda a literatura do passado terá sido destruída. Chaucer, Shakespare, Milton, Byron existirão somente em versões em Novafala, em que, além de transformados em algo diferente, estarão transformados em algo contraditório com o que eram antes. A literatura do Partido será outra. Os slogans serão outros. Como podemos ter um slogan como “Liberdade é escravidão” quando o conceito de liberdade foi abolido? Todo o clima de pensamento será diferente. Na realidade não haverá pensamento tal como entendemos hoje. Ortodoxia significa não pensar – não ter a necessidade de pensar. Ortodoxia é a inconsciência. (ORWELL, 2009, pp. 69-70).

Com todos pensando de maneira igual, sequer era necessário a existência de leis. Isto pode parecer, a princípio, um pouco contraditório. Mas dentro do enredo, no entanto, pode ser

---

<sup>11</sup> Cf. Naomi Klein que desenvolveu pesquisa brilhante sobre ditaduras de “direita”. In: KLEIN, Naomi *A Doutrina do Choque. Ascensão do Capitalismo de Desastre*. Tradução: Vânia Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

visto como uma espécie de “duplipensamento”. O processo de desumanização era evidente. George Orwell, narrador onisciente, explica logo no início quando Winston Smith estava prestes a começar a escrever o seu diário, que aquilo não era ilegal: “*nada era ilegal, visto que já não existiam leis*” (ORWELL, 2009, p. 17). Ao contrário do que muita gente simplificarmente tenta fazer crer, regimes totalitários não se valem apenas do “Direito Positivo” para impor seu Poder. É o uso da força pelo uso da força. O`Brein brilhantemente desmistifica isso afirmando que “*O objetivo da perseguição é a perseguição. O objetivo da tortura é a tortura. O objetivo do poder é o poder*” (ORWELL, 2009, p. 308). Os valores do Partido deveriam ser implantados, ainda que a força, no mais profundo âmago de cada pessoa, e os valores que não são do Partido, devem ser expurgados. A eficiência de todos tendo o mesmo sentimento com relação ao Partido é muito maior do que a coerção do Direito Positivo ou a simples obediência às leis.

O próprio duplipensamento era uma forma de conduzir as pessoas à conclusão alguma. A novafola era eficiente nesse processo. Quanto mais contraditório o pensamento, menos a possibilidade de que as pessoas formassem objeções, de que conjecturasse qualquer coisa.

No livro escrito por O`Brien, e que inicialmente Smith acreditou que se tratava de autoria de Goldstein – o contrarrevolucionário e contra o Partido do Grande Irmão -, há a descrição correta do que seja o “duplipensamento”:

O duplipensamento significa a capacidade de abrigar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias e acreditar em ambas. O Intelectual do Partido sabe em que direção suas memórias precisam ser alteradas; em consequência, sabe que está manipulando a realidade; mas, graças ao exercício do duplipensamento, ele também se convence de que a realidade não está sendo violada. O processo precisa ser consciente, do contrário não seria conduzido com a adequada precisão, mas também precisa ser inconsciente, do contrário traria consigo um sentimento de falsidade e, portanto, culpa. O duplipensamento situa-se no âmago do *Socing*<sup>12</sup>, visto que o ato essencial do Partido consiste em usar o engodo consciente sem perder a firmeza de propósito que corresponde à total honestidade. Dizer mentiras deliberadas e ao mesmo tempo acreditar genuinamente nelas. (ORWELL, 2009, p. 252).

Com efeito, merece alguns esclarecimentos sobre como o leitor Isaiah Berlin entende o que seja pluralismo de valores, a incomensurabilidade de valores, e comparar isso com relação ao duplipensamento do Partido do Grande Irmão. Pluralismo é justamente o antagonismo de totalitarismo (BERLIN, 1981-A, p. 167), refletido na leitura de Berlin como

---

<sup>12</sup> Trata-se do acrônimo do inglês *Ingsoc*, termo para se referir ao Socialismo Inglês.

uma forma de monismo. Berlin defenderá o pluralismo como algo mais justo e adequado as próprias características do ser humano. Cada pessoa possui as suas preferências, sentem como sentem e simplesmente sentem porque sentem. O duplipensamento desaguava justamente no pensamento totalitário do Partido do Grande Irmão. Portanto, são coisas bem distintas. Essa incomensurabilidade de valores merece destaque na teoria de Berlin (CASARIN, 2008, p. 285). Essa defesa de pluralismo que na teoria de Berlin corresponde à liberdade negativa é sem dúvida o que protege a humanidade das pessoas, muito embora Berlin não utilize tal expressão:

O pluralismo, com a medida de liberdade “negativa” que traz em si, parece-me um ideal mais humano e mais verdadeiro do que as metas daqueles que buscam, nas estruturas grandes, disciplinadas e autoritárias, o ideal de autodomínio “positivo” por classes, por povos e pelo conjunto da humanidade. É mais verdadeiro porque, ao menos, reconhece o fato de que as metas humanas são muitas, nem todas comensuráveis, e em perpétua rivalidade entre si. Pressupor que todos os valores podem ser avaliados segundo uma escala, para que seja apenas caso de inspeção determinar qual é o mais alto, parece-me falsificar nosso conhecimento de que os homens são agentes livres para representarem a decisão moral de uma operação que uma régua poderia, em princípio, realizar. (BERLIN, 1981-A, p. 169).

Na teoria de Berlin, discursos ideológicos – *totalitarista* – são aqueles que afirmam que só uma personificação de valores por determinado grupo ou indivíduo tem a resposta última e perfeita para a solução e avanço dos interesses e relações sociais, tal como ocorria na figura do Grande Irmão. Como já dito, o pluralismo de valores de Berlin - empírico - reconhece a multiplicidade de interesses dos homens, cada qual num determinado tempo e espaço, e a impossibilidade de se alcançar e harmonizar todos esses interesses a uma só vez. (BERLIN, 1981-A, p. 167). A vontade do homem de não abrir mão de nenhuma dessas liberdades, de evitar tal conflito, dirá Berlin, é justamente o que o faz tentar acreditar que haverá um grupo ou pessoas capaz de sintetizá-los, razão pela qual se justificaria a perda de maior espaço ou de toda a liberdade – *zona de não-interferência* -. Tais movimentos são tão carregados com discursos de valores positivos ambíguos e propósitos cívicos e éticos, que os fins pretendidos servem como justificadores de desvirtuamentos históricos. O leitor Isaiah Berlin parece compreender como se dá o processo de duplipensamento, o qual busca harmonizar o pluralismo de valores de tal forma a torná-lo uma coisa só:

Não tenho dúvida de que a certeza dogmática que tem sido responsável pela convicção imutável, profunda e serena nas mentes de alguns dos mais desapiadados tiranos e perseguidores da história, não tenho dúvida de que essa certeza é tal, que o que fizeram era plenamente justificável pelos seus propósitos. Não digo que o ideal de auto-perfeição – para indivíduos, nações, igrejas, classes – deva em si ser condenado, ou que a linguagem usada em

sua defesa foi em todos os casos resultado de um uso fraudulento ou confuso de palavras, ou de perversidade moral ou intelectual. (BERLIN, 1981-A, p. 1967). (grifou-se).

O polimento e o cuidado com as palavras por parte de Berlin não nos impede de compreender que, historicamente, possa ter ocorrido essa usurpação das palavras. Para Berlin, o nosso leitor virtual de Orwell, o pluralismo de valores, embora mais justo, humano, impõe sempre uma escolha em razão de sua incomensurabilidade<sup>13</sup>. Esta é a grande intuição do leitor Isaiah Berlin, principalmente com relação ao duplipensamento. Ora, para Berlin, contrário ao que o Partido do Grande Irmão queria impor, cada coisa é o que é e não pode ser adulterada:

Cada coisa é o que é: liberdade é liberdade, e não igualdade, imparcialidade, justiça, cultura, felicidade humana ou uma consciência tranquila. Se a liberdade de mim mesmo, de minha classe ou de meu país depende da infelicidade de um grande número de outros seres humanos, então o sistema que promove tal situação é injusto e imoral. Mas se eu mutilo ou perco minha liberdade individual, de forma a reduzir o opróbrio de tal desigualdade e, desse modo, não amplio substancialmente a liberdade individual de outros, ocorre uma perda absoluta da liberdade. (BERLIN, 1981-A, pp. 138, 139).

A harmonização de valores totalmente distintos, segundo Berlin (1981-A, p. 167), resulta da crença que de tudo aquilo que genuinamente bom deve e pode ser harmonizado concomitantemente, e não ser estanques. Na verdade, na linha de uma coerência lógica de seu pensamento, a própria tentativa de harmonizar essa multiplicidade de valores conduziria ao monismo. Na Oceania de Winston Smith isso equivale a um totalitarismo voraz do Partido do Grande Irmão.

Na Oceania do Grande Irmão, tudo podia e devia ser refeito. A história era constantemente reescrita. A supressão da liberdade, mas não apenas as liberdades externa, mas de pensamentos e sentimentos, consistia no processo de desumanização das pessoas. Processo o qual, diga-se de passagem, Winston Smith fora submetido.

Os regimes totalitários não se valem apenas do Direito, ou ainda, do positivismo jurídico para garantir sua tirania. A subversão do próprio Direito ou do positivismo jurídico surge bem antes. A destruição do ser humano e o furto de sua liberdade individual ocorrem independentemente de qualquer direito positivo. Esse processo que estou chamando de

---

<sup>13</sup> Cf. ZORRILLA, David Martínez. *Conflictos constitucionales, ponderación e indeterminación normativa*. Traducción: José Juan Moresco. Madrid: Marcial Pons, 2007, pp. 309-313.

desumanização parece estar muito claro. O'Brien, em meio à sessão de tortura explica a Winston Smith, a sua "peça defeituosa" que necessitava ser consertada:

A realidade existe na mente humana e em nenhum outro lugar. Não na mente individual, que está sujeita a erros e que, de toda maneira, logo perece. A realidade existe apenas na mente do Partido, que é coletiva e imortal. Tudo o que o Partido reconhece como verdade é a verdade. É impossível ver a realidade se não for pelos olhos do Partido. É esse fato que você precisa reaprender, Winston. E isso exige um ato de autodestruição, um esforço de vontade. Você precisa se humilhar antes de conquistar o equilíbrio mental. (ORWELL, 2009, p. 292).

Deve-se levar em conta que a revelação de que o Partido queria o Poder pelo Poder só fora revelado a Smith por ocasião da sua prisão e durante as sessões de tortura. Fora isso, a teletela informava diariamente inúmeras proezas e conquistas realizadas pelo Partido, mormente em favor da população (em geral os membros que não pertenciam ao núcleo do Partido). Na leitura de Berlin isso atentava contra a humanização, contra a essência do ser humano:

[...] se a essência dos homens é serem eles seres autônomos – autores de valores, de fins em si mesmos, dos quais a última autoridade consiste exatamente no fato de serem desejados livremente – então, nada é pior do que tratá-los como se não fossem autônomos, mas sim objetos naturais, criaturas à disposição de estímulos externos, cujas opções podem ser manipuladas por seus dirigentes, por ameaças de força ou ofertas de recompensas. Tratar os homens dessa maneira é tratá-los como se não fossem auto-determinados. “Ninguém pode obrigar-me a ser feliz à maneira dos outros”. Disse Kant. “O paternalismo é o maior despotismo imaginável”. Isso, porque é o mesmo que tratar os homens como se não fossem livres, mas sim materiais humanos para que eu, reformulador benevolente, possa moldá-los segundo as minhas próprias finalidades livremente adotadas, e não segundo as deles. (BERLIN, 1981-A, p. 146).

O pseudo-paternalismo do Partido do Grande Irmão justamente causava isso. Inúmeras manifestações e passeatas de agradecimento ao Grande Irmão. Algumas pessoas se reportavam à imagem do Grande Irmão como uma forma de adoração. Isso era o ponto mais alto do Partido. Fazer com que todos pensassem conforme o Partido, despidos de sua própria humanidade, seus sentimentos e preferências. Imersos numa escravidão sem grades, cujos próprios pensamentos poderiam ser criminosos, a despeito de não existir sequer leis. As leis na Oceania de Smith não eram necessárias, sequer a própria ideia de liberdade, pois todos eram um, todos existiam apenas no partido, tal como vislumbrou o leitor Isaiah Berlin (1981-A, p. 159) que a desumanização, com sua perda da liberdade individual consiste no fato de que o *“triunfo do despotismo será em forçar o escravos a declararem que são livres”* (BERLIN, 1981-A, p. 165). Uma vez que Smith reconheceu isso, muito mais, que perdeu sua

própria humanidade a ponto de se arrepender genuinamente de tudo quanto fizera, é que lhe fora dado o privilégio de, enfim, morrer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isaiah Berlin e George Orwell não estão tão preocupados com liberalismo ou republicanism, ou ainda, entre capitalismo e socialismo, quanto estiveram entregues para discutir sua preocupação com regimes totalitários, seja, eles de “direita ou esquerda”. Isso primeiro vem da biografia dos autores, Berlin sendo um dos liberais mais influentes do século XX, e Orwell que por muito tempo professou suas preferências socialistas. Mas em suas obras fica clara a repugnância contra qualquer tipo de regime totalitário que simplesmente visa desumanizar o homem.

Buscar no interior da obra *1984* eventuais “profecias” que se cumpriram ou não, ofusca um mundo de sentido e possibilidades de uma obra que, de fato, parece ser atemporal. Um leitor atento, tal como nos emprestamos de Isaiah Berlin, parece conseguir ir mais longe. A tecnicidade de uma tortura, ou a tecnicidade do próprio Direito não são, isoladamente, os móveis capazes de explicar atrocidades e desvios de diversos regimes em sua transfiguração totalitária. Isso é o mesmo que confundir sintoma com doença. Os valores externados por coletividades que avocam superiores valores servem para usurpar a liberdade em sua máxima expressão, por meio do que Berlin chama de “liberdade positiva”, totalmente objetiva e determinista. É a substituição de uma liberdade por outra, é que abre o caminho para que, afinal, regimes totalitário desumanize totalmente as pessoas contrárias às suas ideias, ou ainda, exterminem etnias que tais regimes queriam se ver livres.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Juan Antonio García. *El Liberalismo de Isaiah Berlin. La Libertad, sus Formas y sus Límites*. In \_\_\_\_\_: Derechos y Libertades. Número 14, Época II. León: 2006, p. 41-88.

ARENDT, Hannah. *“The Human Condition”*. 2 ed. Chicago: University of Chicago Press, 1958, 349 p.

\_\_\_\_\_. *The Origins of Totalitarianism*. New York: Meridian Books, 1962, 510 p.

BERLIN, Isaiah. *Dois Conceitos de Liberdade*. In: \_\_\_\_\_. *Quatro Ensaio sobre a Liberdade*. Tradução: Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: UnB, 1981-A, 205 p.

\_\_\_\_\_, *O Sentido de Realidade*. In:\_\_\_\_\_. *Isaiah Berlin. O Sentido de Realidade. Estudos das Idéias e de Sua História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 383 p.

\_\_\_\_\_, *Two Concepts of Liberty*. In:\_\_\_\_\_. Isaiah Berlin, *Four Essays on Liberty*. Oxford: Oxford University Press, 1969.

BONAVIDES, Paulo. *Do Estado Liberal ao Estado Social*. 7 ed. São Paulo: Malheiros, 2004, 230 p.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do Mundo. Para uma teoria da cidadania**. Tradução: Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Edições Loyola, 2005, 210 p.

CONSTANT, Benjamin. *Da Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos*. Tradução de Loura Silveira. p. 9-25. In: *Filosofia Política 2*. MORAES, João Quartim. Porto Alegre: L & PM Editores, 1985, 163 p. –

\_\_\_\_\_, *De la Liberté des Anciens Comparée à Celle des Modernes* Disponível em: <<http://www.panarchy.org/constant/liberte.1819.html#top>> Acesso em 13 maio 2013.

IGNATIEFF, Michael. *Isaiah Berlin uma vida*. Tradução: Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2000, 362 p.

KLEIN, Naomi A *Doutrina do Choque. Ascensão do Capitalismo de Desastre*. Tradução: Vânia Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, 590 p.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009, 260 p.

MILL, John Stuart. *A Liberdade. Utilitarismo*. Tradução de Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2000, 277 p.

ORWELL, George. *1984*. Tradução: Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, 414 p.

RAMOS, Cesar Augusto. *O Liberalismo Político e seus Críticos*. In\_\_\_\_\_: *Crítica Revista de Filosofia*. Vol. 10, n. 32. Londrina: 2005, p. 229-264.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais. Uma Teoria Geral dos Direitos Fundamentais na Perspectiva Constitucional*. 10 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, 493 p.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A Democracia na América. Livro I –Leis e Costumes*. 2 ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, 560 p.